



“DIABOLIZAÇÃO” DAS JUVENTUDES: MÍDIA, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO

Miriam Pires Corrêa de Lacerda¹

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Mídia: Um território de poder

Este artigo se constitui em um recorte da tese de doutorado intitulada “Políticas de “*Diabolização*” das Juventudes: Educação, Mídia e Subjetividade” defendida junto ao Programa de Pós Graduação em Educação da UFRGS.

Considerando que, na contemporaneidade, as interações sociais são atravessadas por processos e estratégias, que contribuem para o surgimento de novas formas de subjetivação, proponho abordar nesse texto, a mídia como um “território de poder” agenciador de subjetividades. Constata-se que boa parte dos textos que tematizam a juventude na mídia impressa dizem respeito a quem são, como se comportam, o que querem os jovens, evidenciando uma concepção “*normativa*” de juventude. Uma concepção de tal natureza opera uma tentativa de aproximação de sujeitos distintos - de diferentes maneiras - às normas ou prescrições estabelecidas. Isso ocorre segundo um modo consentido pelo sistema, o que, a um só tempo, concorre para uma busca constante em modelar o outro e uma consequente dificuldade com a diferença.

É possível destacar que os jovens parecem ser o objetivo privilegiado da enunciação midiática contemporânea que, ao fazer uso de mecanismos psicológicos intensos, colocando em circulação textos, imagens, saberes que, de alguma maneira,

¹ Bolsista CAPES do Programa Nacional Pós Doutoral (PNPD) no Programa de Pós Graduação em Educação – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

prescrevem modos de ser, pensar e se colocar na vida, a mídia interfere na constituição das subjetividades.

Tornero (1998) identifica três fases no movimento discursivo midiático. Destaco a primeira, por meio da qual, maneiras de ser e de estar são apresentadas aos jovens como modelos ideais a serem seguidos. Sob esse enfoque, permito-me compreender a mídia como espaço de possibilidades e de realidade material pré-existente a qualquer conhecimento e a qualquer prática a que será objeto. Essa mesma mídia territorializa-se na medida em que se exercem ações constitutivas da experiência subjetiva, uma vez que o público, seja ele um espectador ou um leitor, faz-se presente na cena, como resultado de um dispositivo de representação.

Foucault em entrevista concedida a Dreyfus e Rabinow (1995, p. 242), refere que o *poder* “só existe em ato. Não há algo como o *poder* ou do *poder*. Só há poder exercido de uns sobre os outros”. E, ainda, “aquilo que se define como uma relação de *poder* é um modo de ação que não age direta ou imediatamente sobre os outros, mas que age sobre sua própria ação” (DREYFUS; RABINOW, 1995, p. 243).

Raffestin (1993) servirá de suporte para definir o que me proponho a dizer quando me utilizo da expressão mídia como *território de poder*. Espaço e território não são termos equivalentes. É essencial, pois, compreender bem que o espaço é anterior ao território, logo, o território forma-se a partir do espaço e é o resultado de uma ação conduzida por um ator. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstrato, o ator territorializa o espaço. O território é, então, um espaço onde se projetou um trabalho, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. Dessa forma, ao projetar uma figura estereotipada e, por vezes, atrativa, marcada essencialmente por traços que se supõem característicos dos jovens, também os discursos midiáticos concorrem para que essas imagens sejam tomadas tanto pelos adultos e quanto pelos jovens.

Transitamos por uma sociedade que tem, no paradoxo, um traço marcante. Nesse cenário, emerge uma nova condição juvenil, distinta, tida como assustadora, e que vem sendo descrita em um significativo número de discursos midiáticos, como constituída por seres irresponsáveis, imaturos, inseqüentes sem limites, violentos, desinformados... Família, escola, mídia entre outros campos discorrem sobre e jovem e põe a funcionar um discurso que produz o jovem *diabolizado*. A expressão

diabolizado foi por mim escolhida a partir da observação de um processo de desvalorização das estéticas juvenis. Quando os adultos dizem: “Fulano é um diabo” querem fazer referência a alguém que desafia constantemente os padrões estabelecidos pelas figuras de autoridade e, com isso, representa uma constante ameaça à ordem social existente. Ao aprisioná-lo sob o conceito de “diabo”, opera-se um desinvestimento nas características que diferenciam os jovens entre si para reter na consciência, unicamente, as homogêneas. Se olharmos com cuidado para essa prática discursiva ver-se-á que ela emerge em um tempo em que, de um lado, se assiste ao ocaso do poder na sociedade de normalização disciplinar mas de outro, não desaparece a ilusão de que tudo se resolveria por essa via. Em muitas circunstâncias, nega-se que a sociedade e os indivíduos mudaram e busca-se, nas antigas fórmulas de gestão da riqueza humana, a resposta para novos conflitos.

Se, para fazer funcionar a biopolítica da sociedade da normalização, característica dos séculos XVIII a XX, eram necessárias instituições que asseguravam, por meio de mecanismos, nem sempre tão sutis, a obediência e a adoção de padrões socialmente desejados e, por meio de justificativas racionais, convenciam da importância do exercício de poder para a produção da disciplina, hoje, assistimos ao refinamento das tecnologias de controle. Elas fornecerão as bases para que estilos de vida e subjetividades possam, pela via do poder da informação e da comunicação, serem constituídas. Isso vai determinar um alargar-se da abrangência dos mecanismos que nos comandam: eles estão disponíveis a todos. Atuando sobre os corpos e os cérebros, os comportamentos de inclusão e de exclusão são, cada vez mais, adotados por todos nós, de forma tão refinada, que sequer nos damos conta. O corpo é veículo de socialização. De sua captura depende grande parte do êxito de um projeto social. A sociedade, que se estrutura em bases de uma biopolítica informacional, prescreve, por exemplo, a ditadura do corpo jovem. Se antes, para o exercício do poder disciplinar, eram necessárias instituições que lhe dessem guarida, como exemplo, a escola, os conventos, o exército entre outras - o controle agora se alastra para muito além, já que faz uso de tecnologias de rede para exercer a biopolítica da vida.

Inegavelmente a mídia vem ocupando um lugar estratégico na configuração de novas modalidades de socialização. Essa radical transformação vai contribuir para que o espaço de construção de nossas subjetividades constitua-se a partir de múltiplas referências que são por vezes, incoerentes e fragmentadas.

Veiga-Neto (2003, p. 140) destaca uma importante mudança operada na forma como nos subjetivamos.

[...] de uma subjetivação em que a disciplinaridade é central – na qual a escola, como instituição fechada e episódica para nossa vida, teve e ainda tem, papel fundamental está-se passando para uma subjetivação aberta e continuada – na qual o que mais conta são os fluxos permanentes que, espalhando-se por todas as práticas e instâncias sociais, nos ativam, nos fazem participar e nos mantém sob controle.

Isso quer, fundamentalmente, relembrar-nos que Educação hoje não conta apenas com a participação da Escola e da Família.

Estar no mundo implica produzir e ser produzido pela cultura. A cultura está no centro dos processos, não apenas globais, da vida cotidiana, destacando-se o seu papel constitutivo e localizado da produção discursiva do que está ao redor e na constituição de subjetividades. Existe, pois, uma clara imbricação entre cultura, discurso midiático e produção subjetiva.

A mídia, instância social que produz e veicula cultura, toma e interpreta os discursos produzidos em distintos campos do conhecimento, avaliando-os e atualizando-os, mediante depoimentos de *experts*. É nesse sentido que acredito que a mídia vale-se dos discursos, principalmente oriundos da Psicologia, para conferir veracidade ao que informa aos diferentes públicos a respeito dos jovens, da família, da escola, entre outros. Assim,

educar, curar, reformar e punir constituem velhos imperativos: [...] os novos vocabulários fornecidos pelas ciências da psique possibilitaram que as aspirações do governo fossem articuladas em termos de uma administração das profundezas da alma humana que estivesse baseada em seu conhecimento (ROSE, 1998, p.38).

Compreender esses movimentos, conferindo-lhes visibilidade, pode contribuir para que possamos, desestabilizando certezas, compreender alguns mecanismos que compõem a discursividade moderna. Nesse artigo, pensar as mídias como produtoras de subjetividade é mais que tomá-las como produtoras de assujeitamentos. É reconhecer a possibilidade de mútua interferência, daí conceber a “diabolização” como uma *política* e não meramente como o resultado de um processo de identificação.

Percurso Metodológico

Tomar a mídia como um dos territórios de poder implicados na *diabolização* da

juventude, por meio de uma política de linguagem, implicou buscar outras ferramentas metodológicas que permitissem percorrer a rapidez e a fluidez com que os conhecimentos na área são constituídos [e desfeitos] e que me possibilitassem estabelecer um nexos entre este mundo nomeado por Bauman (2001) como líquido e o fenômeno a que me propunha investigar.

Digamos que a Modernidade forjou um conceito sólido a respeito de juventude e pretendeu que ele se mantivesse o mesmo, através do tempo. De modo mais preciso, produziu-se uma representação ideal da juventude na Modernidade, e se pensou que os jovens manter-se-iam fiéis, em que pese a passagem do tempo. Nietzsche alertava para esse golpe de linguagem, quando apontava a tentativa humana de igualar o que não é igual. Se pensarmos no conceito de juventude se verá que vimos tentando constituir, de forma arbitrária, uma homogeneidade teórica que em absoluto, recobre a heterogeneidade da vida em suas múltiplas e ricas manifestações. Essa armadilha, que nos enlaça e nos *confere* segurança, tem favorecido o pensamento na existência de atributos comuns a todo e qualquer jovem. Na cena contemporânea, as juventudes têm muitas faces, inundam diferentes paisagens com sua diversidade, destilam suas falas em diferentes espaços, desafiam em sua irreverência o *status quo*...

No entanto, venho observando incansável esforço midiático em fazer aparecer aos olhos do grande público “uma” juventude homogênea em que todos se confundem com alguns deles. Dessa forma, ora a descrevemos como [des] preocupada, [ir] responsável, [i] madura, [des] engajada, [in] quieta, [sem] limites, violenta, [des] respeitosa entre outros predicados pouco lisonjeiros, ora a narramos como na pesquisa sobre “Quem é o jovem brasileiro do século XXI”², dizendo que “o” jovem brasileiro quer emprego, que entre seus maiores sonhos está a realização profissional e, seus maiores valores são a família, a saúde, o trabalho e o estudo

Minha hipótese era que a *diabolização* da juventude começou a ser gestada como uma resposta ao impasse criado pela impossibilidade de abandonar uma concepção moderna de juventude. Esta dissonância - entre o pensado e o que se apresentava - resultou em uma *política de linguagem* que se pretendeu em vantagem em relação ao próprio jovem, marcada, desde o seu nascedouro, por um julgamento de caráter moral. Assim, eu passei a perseguir uma idéia que me levou a pensar na

2A pesquisa foi realizada em 2008, pelo Instituto “Datafolha”, e seus achados foram publicados pelo Jornal “Folha de São Paulo” em 27 de julho.

existência de uma política *diabolizadora*, que, sendo da ordem da cultura, produziu jovens *diabolizados*.

Assumi o compromisso de explorar os discursos de educadores (pais, mães ou professores) como reveladores de práticas que se estruturam a partir de conhecimentos veiculados pelas mídias. Como uma das protagonistas da trajetória que foi percorrida neste estudo, tive como meta principal investigar e analisar como o dispositivo midiático opera na criação de uma política de linguagem que produz a *diabolização* da juventude. Ao tomar essa linha de investigação pude ainda, investigar e analisar as relações entre cultura e produção de subjetividades; reconhecer a mídia como espaço social referenciador para a construção de subjetividades; refletir sobre as relações entre comunicação e educação, notadamente quando envolve jovens.

Muitos estudos têm privilegiado as temáticas relacionadas às formas culturais que são elaboradas no processo de construção da vida social. Dessa maneira, atentos a essas transformações, passaram a valorizar novas fontes documentais, tais como: jornais, revistas, relatos orais, dentre outros, possibilitando repensar a história dentro de condições particulares, sem esquecer, no entanto, de fazer uma articulação com os conceitos e as teorias próprias ao campo de conhecimento desejado. Sob esse aspecto, Pais (2002, p. 30) contribui quando informa que é nos registros do cotidiano, onde “nada se passa que fuja à ordem da rotina e da monotonia” que vai se interrogar o “que passa quando nada parece passar”.

A Revista “Veja” é uma publicação semanal da Editora Abril S/A e foi lançada em 1968, sendo considerada a mais importante em circulação e tiragem no país. Destaco que a escolha dessa Revista deveu-se ao fato de reconhecer o poder de circulação deste periódico e o impacto do que veicula sobre o discurso cotidiano de uma certa parcela da população. Não pretendi percorrer exaustivamente todos os artigos que tratam da juventude nesta revista. Quero sublinhar que a escolha das reportagens não pretendeu analisar a Revista, mas sim tomar três textos³, que em meu julgamento podem ser considerados como exemplares de uma forma que vem sendo utilizada para se falar dos jovens na mídia.

³As três reportagens a que faço referência são:

“Com medo dos alunos” publicada em 11 de maio de 2005.

“Geração Vaidade” publicada em 11 de maio de 2005.

“A tribo dos meninos perdidos” publicada em 10 de janeiro de 2007.

Análise dos Modos de Endereçamento dos Textos

Partindo do pressuposto de que a mídia, em suas distintas formas, efetivamente ocupa um lugar na subjetivação, a construção e discussão dos dados foram atravessadas por dois movimentos distintos. No primeiro deles dediquei-me a examinar os três textos da Revista e, ao fazê-lo, busquei entender as formas de endereçamento utilizadas, quando da escrita das reportagens. Perguntei-me: Qual o leitor pretendido por este texto? E não pude deixar de implicar-me na condição de leitora/ouvinte. De modo que esse primeiro movimento não foi apenas uma exposição dos modos de endereçamento próprios do texto, mas também uma espécie de inventário dos modos como ele me “acertou” e me “errou”, permitindo o exercício do pensamento, no que ele pode ter de mais vigoroso e vital.

No segundo movimento, percorri os efeitos dos textos, a partir da escuta sensível que fiz dos jovens, pais/mães e educadores nos grupos focais, nas rodas de conversa, nas vivências como orientadora educacional e professora, para, a partir disso, descrever alguns modos de operação da mídia como política de linguagem *diabolizadora* da juventude, tanto em sua efetividade quanto em sua falência. Perguntei-me: Quais os efeitos que esse texto provoca no leitor e que movimentos são desencadeados a partir disso?

Assim, no primeiro movimento, coloquei em cena o jogo do texto comigo mesma e, no segundo, o jogo que presenciei entre o texto e meus interlocutores. Dessa forma, a leitura - aqui tomada como escuta - foi um campo sempre tenso e problemático, onde o jogo de forças é sempre interminável e jamais passível de redução a esquemas explicativos terminantes, que diriam a “verdade” definitiva do fenômeno.

Análise dos Efeitos de Sentido produzidos pelos Jogos Escuta/Leitura dos Textos

O conceito de *modos de endereçamento*, cuja origem reporta-se à teoria do cinema têm, segundo Ellsworth (2001, p.10), “um enorme peso político” estando presente sempre que, através de um filme e eu acrescento, de um texto, aponta para a idéia de quem o autor pensa que somos nós, os seus expectadores ou leitores. Perceba-se que o sentido de um texto ou de um filme não é construído de forma aleatória, mas tem como propósito “endereçar”, comunicar alguma coisa, valendo-se para tanto, de uma estreita articulação entre a mensagem que se propõe tornar pública e as

experiências dos espectadores/leitores.

Assim, “o modo de endereçamento não é um momento visual ou falado, mas uma estruturação – que se desenvolve ao longo do tempo – das relações entre o filme (e aqui me permito pensar, do texto) os seus espectadores (no meu caso, leitores)” (ELLSWORTH, 2001, p.10). Trata-se, assim, de um processo por meio do qual, sem se dar conta, o espectador/leitor é convocado a ocupar uma determinada posição, a partir da qual se deseja que ele “veja” um filme ou “escute” um texto. Segundo a mesma autora, “os filmes (e para mim os textos) visam e imaginam determinados públicos. Eles também desejam determinados públicos” (ELLSWORTH, 2001, p.14).

Alguns estudiosos tomaram e pensaram essa “convocação” a partir do conceito de “interpelação⁴⁰” tal como Lacan o propõe. A partir desse conceito, pressupõe-se que os expectadores/leitores possam ocupar uma determinada posição. A meta permito-me afirmar, é produzir um determinado tipo de público, educando-o, formando-o para determinadas formas de ler e de habitar o mundo.

A maneira como um texto é “recebido” não se dá meramente na posição passiva do espectador frente ao endereçamento feito, mas desencadeia um jogo tenso de negociação entre a interpelação que o texto faz e a posição em que efetivamente o leitor se encontra. Nesse sentido, não há garantia de que o texto vá operar na direção pretendida pelo endereçamento, mas não se pode deixar de afirmar que todo texto tem um pretense endereço.

Considerando-se que para funcionar, o texto precisa engendrar uma relação muito particular com seu público, que se encontra além do posicionamento espacial, porque contempla ainda relações e interesses de poder, foi importante perguntar aos textos quem era o público que a Revista desejava capturar? Em que medida esse público – dada a sua condição econômica, cultural e política entre outros marcadores identitários – interferia na construção de um olhar hegemônico e determinava uma modalidade de conceber a juventude? Como esse modo de pensar a juventude brasileira repercute, por exemplo, na definição de políticas públicas para a mesma?

40O conceito de Interpelação remete a uma imediata resposta frente convocação do sujeito. Para Costa e Rinaldi (2007, p.282) “diz respeito a instalação de uma não operação do tempo para compreender, questão que leva o sujeito à perda da dialética, da escanção e da dúvida, ficando tomado no campo de gozo do Outro”.

O modo de endereçamento, embora não seja onipotente, afeta tanto as relações sociais quanto as de poder. Com base nisso, experimentei operar intencionalmente uma mudança, convocando os leitores a “ler” os textos que apresentei com “outros óculos”, na expectativa de que, ao propor outras posições de sujeito, que talvez não estivessem de antemão, presentes e valorizadas, encontrasse brechas para mudança em textos que parecem engessar a leitura. Assim, após haverem discutido e concordado com o que a reportagem “Com medo dos alunos” (Edição 1904, de 11 de maio de 2005) dizia a respeito da omissão das escolas, interpelei aos pais:

- Pelo que me disseram vocês sabem que a escola poderia tomar pulso e não o faz com medo de perder os alunos (*sic*). Isso é coincidente ao que a reportagem informa. A minha questão é saber se vocês pensam que isso está ocorrendo aqui, nessa escola, onde os filhos de vocês estudam e, ainda, se para vocês, efetivamente, a escola está com dificuldade para apontar as possíveis e necessárias mudanças de atitudes dos alunos?

Essa espécie de “giro de quarto de volta” colocou os meus interlocutores em outra posição e levantou, para mim, a questão das diferentes e possíveis escutas a um texto que são feitas por um mesmo sujeito e das diferentes escutas que são feitas por diferentes públicos. Convocados, aqueles pais pararam de pensar em um jovem abstrato, fruto de uma construção arbitrária, que sonega as diferenças individuais. Agora, era dos filhos deles e da escola que eles, como pais, escolheram para os seus filhos, que nós estávamos falando. A mudança de posição proposta implicou, inicialmente, em um mal estar traduzido pelo corpo, que precisou se ajeitar na cadeira, e abriu a perspectiva para uma reflexão crítica sobre o que o texto colocava.

Porém, como a linha divisória situada entre o estranhamento decorrente do distanciamento que leva à reflexão, à crítica e ao processo de estranhamento enquanto alienação é muito sutil, nem sempre isso acontece de forma espontânea por parte do leitor, até mesmo em função “da forma como eles negam e denegam os prazeres do ato de ver (e de ler)” (ELLSWORTH, 2001, p. 15).

A partir dessas constatações, pude melhor compreender o espaço volátil, o entre-espaço, que nada mais é que o espaço da diferença que, como um furo, situa-se entre o modo de endereçamento pretendido e a resposta do leitor. Espaço que é “habitado pela

diferença entre os conhecimentos conscientes e os conhecimentos inconscientes, entre os desejos conscientes e os desejos inconscientes” (ELLSWORTH, 2001, p. 15). Assim, quando um texto opera na perspectiva de constranger o seu leitor a uma determinada e única forma de escutá-lo, por considerar que aquele sentido imposto é naturalmente bom, por encontrar-se comprometido com certa modalidade de subjetivação, que exclui a singularidade e a diferença, ele não irá permitir as necessárias frestas, tão importantes para as operações de negociação e tensionamento de significados e sentidos que podem acontecer no entre-espaço.

Existe, no entanto, outro modo de operar o endereçamento, uma forma mais flexível, que convida o leitor a exercitar um movimento que abre a possibilidade para novas formas de ver/ler/escutar e pensar sobre si mesmo, sobre o outro, sobre o que se encontra ao seu redor. Tal modalidade comporta a mudança de direção, o tropeço e, por isso mesmo, contribui e compromete-se com o pensar sobre o próprio pensar, resultado de um processo da apropriação crítica de um texto. Esse movimento subversivo que se desencadeia na relação entre o leitor e o texto que a ele se entrega é resultado do caráter escorregadio do endereçamento. Um texto se entrega para ser escutado, quando autoriza a nos situarmos para além das velhas escutas que já sabemos de cor. Essas velhas escutas, na verdade, são estereótipos que insistem em reger as nossas sensibilidades, comprometendo as possibilidades de orquestrar as diferentes significações.

Escutar um texto significa, para mim, emprestar a ele uma voz e um corpo. Corpo que, atravessado pelas muitas histórias que escutamos a respeito do mundo, sobre nós e sobre o outro, foi sendo marcado de forma indelével, mas que, como corpo desejante, presentifica “todas as emoções [...] mescladas, enroladas [...]” (BARTHES, 1987, p. 35). Um texto deixa-se escutar quando o escritor abdica do seu poder e reconhece-se despossuído de toda a soberania sobre o império do seu texto. Assim, rompendo o silêncio da escrita, as palavras se dão a escutar. Essa escuta é, simultaneamente, desrespeitadora e enamorada.

Considerações que se emprestam para pensar

Ao fazer a seleção das reportagens que foram discutidas na Tese, volto a afirmar, não tive a intenção de analisar a Revista mas sim, tomá-las como exemplares, como substrato de uma ordem discursiva maior que ali deixa algumas marcas, sinais, rastros

do modo como endereçam seus públicos. Felizmente, há produção de sentidos no espaço da diferença entre os modos como os textos estão endereçados e a produtiva “distorção” de quem os consome. O que fiz foi tomar, no nascedouro, um conjunto de elementos que se constituíram como um corpo de saberes sobre uma certa forma de tematizar as juventudes. Um fenômeno que emergiu em 2005 e que, gradativamente, veio se consolidando como uma política de linguagem que conjuga o refinamento de muitas tecnologias de informação, e que operou no sentido da consolidação de um mito: O mito da *juventude diabolizada*. Vale lembrar que “são as práticas discursivas que sistematicamente formam os objetos de que falam” (FOUCAULT, 1986, p.187).

Quando a família, a escola, a sociedade se apropriaram do discurso que dizia ser o jovem um ser bárbaro, sem limites, perigoso, falaram e fizeram esse discurso falar. Um discurso que nasceu no século XXI nas classes economicamente favorecidas para dizer, inicialmente, a respeito dos jovens das classes populares. Porém, o discurso sempre se produz em relações de poder e, como tal, comporta a um só tempo, procedimentos de interdição e de exclusão expressando aquilo “por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2001, p. 10). Se, inicialmente, era fácil dizer quem são os “nossos” e quem são os outros, hoje, não é mais assim, pois os jovens “bem nascidos” estão buscando entre aqueles, elementos para se constituírem como fortes, corajosos, viris.... Assim, ”por mais que o discurso seja bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua relação com o desejo e com o poder” (FOUCAULT, 2001a, p. 10).

Quando as reportagens convocavam *experts* especialmente da área “*psi*” para dar depoimentos, buscavam fortalecer as suas opiniões em pesquisas ou prescreviam modos de comportar-se em relação aos jovens, o faziam a partir de alguns enunciados que foram sendo fixados a respeito de quem é esse jovem. A juventude desamparada, vulnerável, pausterizada, homogênea, universal foi o efeito deste discurso. A juventude como ideal da cultura, paradoxalmente, também o foi.

Ainda estamos acorrentados a uma idéia de que o nosso mundo interno, suposto reduto da subjetividade, estaria imune aos acontecimentos da realidade social muito embora saibamos que hoje, eles concorrem fortemente para o surgimento de novas formas de subjetivação. Nessa perspectiva duas questões se entrelaçam: a primeira referente aos valores veiculados pela cultura e, a segunda aos modos como tais valores

são apreendidos e difundidos. No horizonte dessas questões, situou-se a problemática da produção de novas formas de subjetivação em funcionamento.

A política de linguagem que criou a *diabolização* foi a tentativa de submeter a exuberância da vida, às palavras. Nossa vida se transformou em uma verdadeira “compulsão” em tudo nomear: só reconhecemos e consideramos o que é possível traduzir em palavras. Desta forma, a juventude que impacta o social só pode ser reconhecida quando associada à má imagem codificada previamente, resultado do medo da diferença, da sonegação da vulnerabilidade.

A linguagem - aqui entendida como não natural e arbitrária - é constitutiva do pensamento e, o que dizemos, está irremediavelmente, ligada ao ato de dizer. Ao fixar uma suposta identidade juvenil, aparentemente, evitamos o encontro com nossa vulnerabilidade.

Existe a possibilidade de uma linguagem que acolhe a singularidade, uma linguagem que afirma a pluralidade e não nega a diferença. Lembro (FOUCAULT, 1992) que as palavras precisam contemplar a possibilidade de deixar as coisas falarem. E as coisas falam/calam de formas diferentes.

Ao escutar os textos, pretendi deixá-los falar porque acredito que a linguagem abre as portas para que possamos conceber, de outra maneira, o próprio conhecimento. E nas escutas que fiz ao longo de minha tese, ressaltou-se a possibilidade agonística dos meus interlocutores. É possível emprestar diferentes vozes aos textos, libertando-os de significados cerrados porque aprisionados em um único regime de verdade. Também é possível pensar em uma grande política de linguagem que se abrindo ao múltiplo pode contemplar o devir. Mas para isso, é inevitável o contato íntimo com a vulnerabilidade humana.

De outra parte, quando penso em vulnerabilidade o meu horizonte se alarga para além de tamponamento apressado. Estar vulnerável remete a um deslizamento diferenciado, pois implica deixar-se afetar por algo, para o que não temos resposta porque sequer sabemos bem o que é.

Transitar na vulnerabilidade exige rigor. Rigor ético, rigor político rigor estético. Investindo na potência criativa e na capacidade crítica de meus interlocutores foi possível desestabilizar algumas certezas ao exercitar a dúvida. Poderia dizer que os convidei a “conversar” com os textos.

Afinal, como se chega ao que se é? Como distintos territórios de poder vêm fabricando o sujeito *diabolizado*? Parece que na tentativa de por “ordem no caos”, nós continuamos tentando classificar o que insiste em nos escapar. E a juventude nos escapa.

Talvez para enfrentar a turbulência que nos invade frente a um grupo que existe e insiste em existir de formas distintas, tenhamos inventado a *diabolização*. *Diabolização* responde ao impacto decorrente do reconhecimento de que as identidades são híbridas e as subjetividades são mutantes porque fabricadas a partir de diferentes agenciamentos sociais, nos quais a linguagem constrói e reconstrói sentido nos inúmeros jogos languageiros que produzem significação.

Diabolização associa-se a um tempo no qual as fronteiras geracionais, outrora rígidas, se confrontam com a juvenilização da cultura. É a réplica a tudo que por ser da ordem do inaudito, escapa do aprisionamento da linguagem ao inaugurar jeitos de ser e de estar.

A expressão *diabolizados* resultado da *diabolização*, remete a um processo de criação por outrem, pois se próprio sujeito se auto engendrasse ele seria, no máximo, *diabólico*. A voz passiva força-nos tematizá-los como sujeitos produzidos na e pela cultura.

Diabolização das Juventudes uma estratégia política da linguagem que fixa as juventudes em um quadro identitário, aparentemente imóvel, o qual, ao mesmo tempo, aplaca o desconforto com a evidência de nossa vulnerabilidade e remete às formas emergentes de existência para um plano de transcendência inacessível, justificando a nossa desistência de convívio, jogo e risco.

Enfim, *diabolizados* é a nossa resposta moderna a todo aquele que resiste à sujeição ordenada.

O mundo ordenado é tão mais fácil de governar!

A obsessão em por ordem no mundo nos impede de viver o presente. Vale perguntar: Para qual futuro se voltam os nossos olhos quando o assunto são as juventudes?

Referências Bibliográficas

BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. vol. 44. Lisboa: Edições 70, 1987

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Uma trajetória filosófica** (para além do estruturalismo e da hermenêutica). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de Endereçamento: uma coisa de cinema, uma coisa de Educação também. *In*: SILVA, Tomaz Tadeu da (org). **Nunca fomos humanos – nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

FOUCAULT, Michel **A Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense, 1986

_____. **As Palavras e as Coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2001a.

_____. **Ditos & escritos III: Estética, Literatura e Pintura, Música e Cinema**. Rio de Janeiro: Forense, 2001b.

LACERDA, Miriam Pires Corrêa de. **Políticas de “diabolização” das juventudes: educação, mídia e subjetividade**. Tese de doutorado PPGEDU- UFRGS. Porto Alegre, 2009

PAIS, José . Machado.. **Sociologia da vida cotidiana: Teorias, Métodos e Estudos de Caso**. Lisboa/Portugal: Imprensa de Ciências Sociais, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993

ROSE, Nikolas.. Governando a alma: a formação do eu privado. *In*: **Liberdades Reguladas: a pedagogia construtivista e outras formas de governo do eu**. Petrópolis: Vozes, 1998

REVISTA “Veja”. **A tribo dos meninos perdidos**. São Paulo: Abril, ed. 1990, 10 de Janeiro de 2007.

_____. **Geração Vaidade**. São Paulo: Abril, ed. 1905, 18 de Maio de 2005.

_____. **Com medo dos Alunos**. São Paulo: Abril, ed. 1904, 11 de Maio de 2005.

TORNERO, Perez; MANUEL, Jose. **El desafio educativo de la television: para comprender y usar el medio**. Barcelona: Paidós, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo José da. Cultura, culturas e educação. *In*: **Revista Brasileira de Educação** Mai/Jun/Jul/Ago 2003, n. 23 - Número Especial.

